

3R

Ano III • Edição 8 • fevereiro 2023

Ano III • Edição 8 • Fevereiro 2023

Revista bimestral da Justiça Federal da 3ª Região



Trabalho escravo

Especialistas debatem escravidão contemporânea no Brasil

Nesta edição

Justiça Federal em São Paulo adquire imóveis no interior

Apenados do Cepema ajudam a 3ª Região a digitalizar processos físicos

Sustentabilidade: o desafio de elevar índice de reciclagem

Editorial

Democracia Inabalada

Senhoras magistradas, senhores magistrados,

Senhoras servidoras, senhores servidoras,

Os poderes da República foram vítimas de ataques violentos e criminosos no dia 8 de janeiro. Em nota assinada pelos presidentes dos seis Tribunais Regionais Federais, reafirmamos nosso compromisso com o Estado Democrático de Direito, as liberdades e os direitos fundamentais, que só serão respeitados e garantidos com a atuação independente e harmônica do Judiciário, do Legislativo e do Executivo.

Na ocasião, declaramos plena confiança de que os atos terroristas nas sedes dos três poderes seriam objeto de rápida investigação e adequada repressão, o que, felizmente, está ocorrendo.

As imagens chocantes de vandalismo e depredação ficarão marcadas para sempre em nossas memórias, mas, como expressado em campanha divulgada por nossa Suprema Corte, a democracia permanece inabalada.

Episódios como aquele, no entanto, ressaltam nosso dever de defender, diariamente, a democracia e o Estado Democrático de Direito, mesmo após mais de três décadas da redemocratização.

Infelizmente, movimentos de apologia a rupturas institucionais não são os únicos resquícios de tristes capítulos de nosso passado que ainda exigem atenção da Justiça.

Mais de 130 anos após a abolição do trabalho escravo – vergonhosamente tardia no Brasil –, não apenas os descendentes dos escravizados continuam sujeitos a diversas formas de discriminação e preconceito,



Marisa Santos, Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região

mas vemos, lamentavelmente, milhares de casos de pessoas sujeitas a condições de trabalho análogas à escravidão.

Com o objetivo de conscientizar a sociedade brasileira e as nossas instituições sobre a questão, o dia 28 de janeiro tornou-se o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo.

A revista 3R deste mês traz um especial sobre o tema, com entrevistas com especialistas sobre o tema, do judiciário e da mídia.

Para encararmos tantos desafios cruciais para nosso país, precisamos de uma Justiça Federal cada vez mais forte.

Celebramos, nesta edição, importantes conquistas na Justiça Federal da 3ª Região, como a compra de imóveis em Bauru, Franca e São João da Boa Vista/SP pela Seção Judiciária de São Paulo. A medida vai proporcionar uma economia anual de R\$ 3 milhões com aluguéis e IPTU. Na mesma matéria, apresentamos os investimentos em usinas fotovoltaicas em Mato Grosso do Sul.

Avançamos, ainda, na digitalização dos autos físicos, tanto no Tribunal, que atingiu 99% do acervo, quanto nas Seções Judiciárias. Esta edição da 3R apresenta balanço completo da 3ª Região e, ainda, a louvável ação da CEPEMA, da SJSP, que está promovendo o trabalho de apenados na digitalização dos autos da Justiça Federal em São Paulo.

A Subseção da capital paulista, aliás, é a contemplada da seção Conhecendo a 3ª Região nesta edição. A escolha se deu em virtude do aniversário da cidade de São Paulo, celebrado no último dia 25.

Por fim, destaco ainda a reportagem sobre as novidades da EMAG em 2023, incluindo a agenda de cursos; as dicas de tecnologia na seção PJe Informa; e os principais eventos dos últimos dois meses na seção Aconteceu.

Uma ótima leitura a todas e a todos!



Expediente

Coordenação

Caio Amaral da Costa Carvalho
Assessoria de Comunicação Social do TRF3

Projeto Gráfico

Hélio Cesário Martins Jr.

Edição

Ana Carolina Minorello
Ricardo Acedo Nabarro

Textos e reportagens

Andrea Aparecida da Silva
Edmilson Gomes da Silva
Ester Laruccia Penido
Mônica Gifoli Theodoridis
Sérgio Ricardo Quaranta
Silvana de Freitas
Wellington Luiz de Campos

Imagens

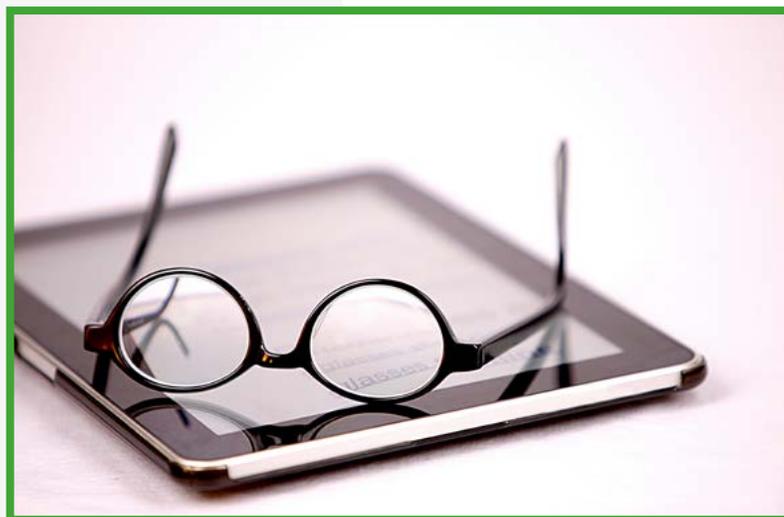
Anne Rosa Duarte
Edson Nagase Kenji
João Fábio Pinto César Kairuz
Oscar Eduardo Motta Mello
Paulo Cesar Polimeno

Diagramação

Wladimir Wagner Rodrigues

Estagiário

Lucas Moura Vilela



Especialistas debatem escravidão contemporânea no Brasil

Magistrados Louise Filgueiras e Lorival dos Santos e o jornalista Leonardo Sakamoto refletem sobre a exploração do trabalho

Edmilson Gomes

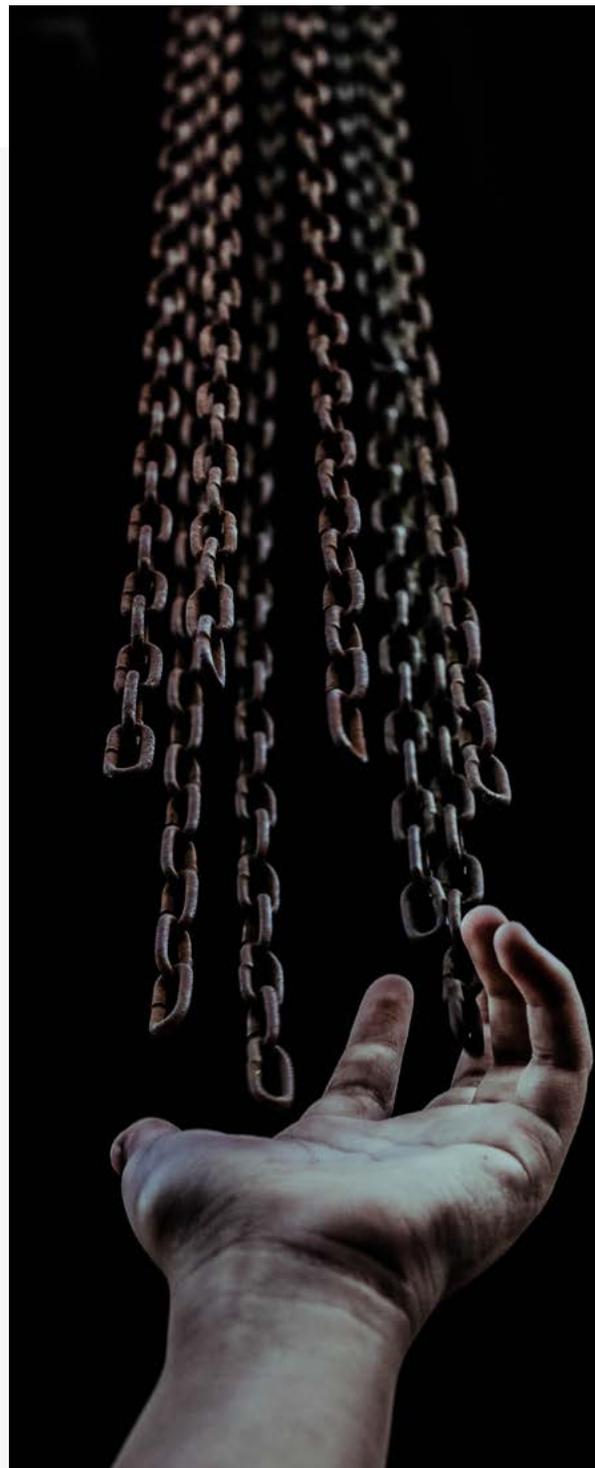
“Vende-se uma escrava boa cozinheira, engoma bem e ensaboa, com uma cria de três anos; Francisco nagô, carregador de cadeira e do serviço de roça, sem moléstia, avaliado em 600 mil réis; vende-se um moque de idade de dezessete anos, cozinheiro...”

Anúncios assim eram comuns em jornais brasileiros entre os séculos XVI e XIX, durante o Brasil-Colônia e Império. Os relatos constam da obra “Escravidão” (2019-2022), do jornalista Laurentino Gomes, e representam uma parte dos 5 milhões de negros africanos capturados e comercializados como mercadorias para o trabalho escravo.

Após 135 anos da Lei Áurea, o Brasil ainda vive os reflexos por ter sido o último país da América a abolir a escravidão. Desde 1995, foram encontrados 59.231 trabalhadores em condições análogas à de escravo por equipes de fiscalização compostas por auditores fiscais do Trabalho, procuradores do Trabalho e da República, policiais federais, rodoviários federais e defensores públicos da União. Desses, mais de 56 mil precisaram ser resgatados por situações degradantes.

Os dados da [Secretaria de Inspeção do Trabalho \(SIT\)](#) do Ministério do Trabalho e Emprego apontam São Paulo como o município com maior quantidade de pessoas nessa condição, 1.337, desde o início do levantamento. São Félix do Xingu (Pará) vem em seguida com 1.374. Nos quase 30 anos de atividade de fiscalização, as indenizações por verbas rescisórias aos trabalhadores “escravizados” somaram mais de R\$ 126,6 milhões. A quantidade de estabelecimentos fiscalizados foi de 6.359.

No levantamento realizado em 2021, o Grupo Especial de Fiscalização Móvel para a Erradicação do Trabalho Escravo do SIT mostrou que, em



todo o território nacional, 89% dos resgatados trabalhavam em atividades rurais, a maioria no cultivo de café, alho e na produção de carvão vegetal. Dos 11% resgatados em cidades, a maioria estava em empreendimentos imobiliários e na construção civil. Há também a exploração de pessoas no corte de cana-de-açúcar, aplicação de agrotóxicos e atividades domésticas.

Somente em 2022, foram encontrados 1.565 trabalhadores em condições análogas à trabalho escravo no Brasil, sendo 1.530 resgatados do local de exploração. No Estado de São Paulo, havia 112, e em Mato Grosso Sul, 75.

Em comemoração ao Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, celebrado em 28 de janeiro, a Revista 3R convidou três especialistas para tratar do assunto: a juíza federal Louise Vilela Leite Filgueiras, da 8ª Vara Federal Criminal de São Paulo/SP e integrante do Fórum Nacional do Poder Judiciário para Monitoramento e Efetividade das Demandas Relacionadas à Exploração do Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas (Fontet); o desembargador Lorival Ferreira dos Santos, coordenador do Comitê para Erradicação do Trabalho Escravo Contemporâneo, do Tráfico de Pessoas, da Discriminação de Gênero, Raça, Etnia e Promoção da Igualdade do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (CETEC/TRT15); e o jornalista Leonardo Sakamoto, diretor da ONG Repórter Brasil e ex-conselheiro do Fundo das Organizações das Nações Unidas (ONU) para Formas Contemporâneas de Escravidão.

A data foi instituída em homenagem aos auditores fiscais do Trabalho Eratóstenes de Almeida Gonsalves, João Batista Soares Lage e Nelson José da Silva e ao motorista Aílton Pereira de Oliveira. Eles foram mortos no dia 28 de janeiro de 2004, quando investigavam denúncias de trabalho escravo em fazendas na cidade mineira de Unaí.

VENDE-SE por motivos de família, uma linda pardinha de 17 annos, perfeita costureira, engomadeira, ensaboa, aprompta o serve um chá, veste, prega e penteia uma senhora, e faz o mais serviço de uma mucama; uma dita preta de 22 annos, com as mesmas prendas; e uma dita com um filho de 7 annos; na rua do Cano n. 52.

Anúncio para a venda de mulheres negras retirado do Diário do Rio de Janeiro de 1º de junho de 1842.

Competência

O crime é tipificado pelo Código Penal, no artigo 149, da seguinte maneira: “Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto”.

Há também uma tipificação no artigo 149-A (Tráfico de pessoas) descrita como “agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de: ... II – submetê-la a trabalho em condições análogas à de escravo”.

Segundo o jornalista Leonardo Sakamoto, o termo “trabalho análogo à de escravo” foi adotado no país, a partir do Código Penal da década de 40, mas a Organização das Nações Unidas (ONU), a qual o Brasil é signatário, utiliza-se de uma série de terminologias.

“Escravidão contemporânea, escravidão moderna, trabalho escravo contemporâneo, trabalho escravo moderno, trabalho análogo ao escravo, trabalho escravo. Qualquer uma dessas expressões está correta. O trabalho escravo existe desde a antiguidade e houve mudanças ao longo do tempo. E a forma contemporânea do crime é encontrada no Brasil e em outras partes do mundo”, salientou.

Inspeções realizadas pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) do SIT fornecem ao sistema judicial documentos que servem de base para processos civis e criminais contra os responsáveis por essas práticas e são essenciais para a imposição adequada de sanções. Além disso, a atuação das Comissões Estaduais de Enfrentamento ao Trabalho Escravo (COETRAES) e Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETPS) são importantes nesse processo de resgate dos trabalhadores.

Mas quem julga esses crimes?

Atualmente, na Justiça Federal da 3ª Região, tramitam 146 processos sobre trabalho semelhante à escravidão. A juíza federal Louise Vilela Leite Filgueiras explicou a competência de cada ramo do Poder Judiciário na matéria.

“A competência para o julgamento dos crimes de redução à condição análoga à de escravo é da Justiça Federal, pois apesar de ofender o bem jurídico da liberdade individual, afeta também organização do trabalho, o que tem sido reconhecido pela jurisprudência. Já o tráfico de pessoas pode ser de competência estadual ou federal, a depender de

“A competência para o julgamento dos crimes de redução à condição análoga à de escravo é da Justiça Federal, pois apesar de ofender o bem jurídico da liberdade individual, afeta também organização do trabalho, o que tem sido reconhecido pela jurisprudência.”

***Louise Vilela Leite
Filgueiras,
juíza federal***

se tratar de tráfico interno ou internacional, este último, de competência federal”.

A magistrada acrescentou que a União pode ser responsabilizada internacionalmente no caso de grave atentado contra os direitos humanos, previsto no Protocolo de Palermo, do qual o Brasil é signatário.

A Justiça do Trabalho, por sua vez, atua para garantir os direitos aos trabalhadores que ficaram sujeitos às situações degradantes, como pagamento de indenizações, verbas rescisórias e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

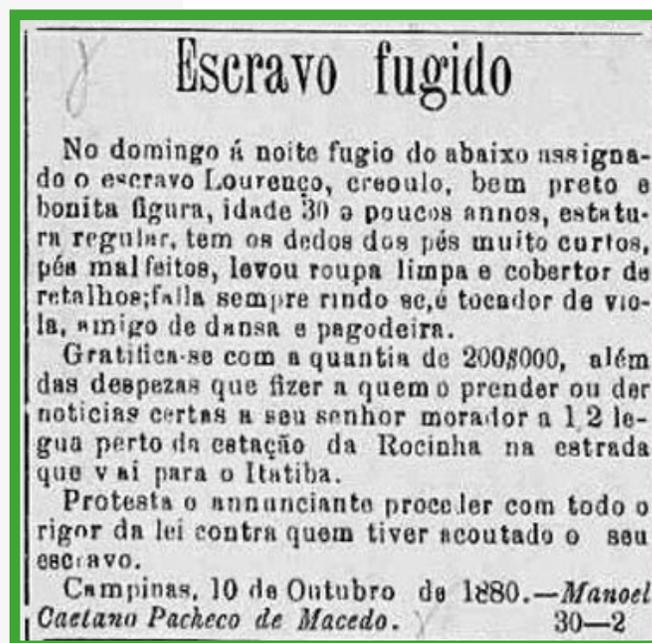
O desembargador Lorival Ferreira dos Santos, do TRT15, cuja jurisdição abrange municípios do interior do Estado de São Paulo, esclareceu que a Justiça do Trabalho, conforme dispõe o artigo 114 da Constituição Federal, conserva competência para conhecer e julgar não apenas a relação de emprego, “mas também os conflitos decorrentes da relação de trabalho e a responsabilização pela ofensa aos direitos fundamentais como a indenização do dano moral individual ou coletivo da relação contratual”.

Ações e reflexos

A articulação interinstitucional é fundamental para o combate ao trabalho escravo, envolvendo o poder público de todas as esferas e a sociedade civil organizada. Mas há baixo número de ações penais.

A juíza federal apontou que, para a repressão das condutas delitivas, há necessidade de incrementar a estrutura da rede de enfrentamento ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas, sob a fiscalização do Ministério do Trabalho, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Ministérios Públicos e Defensorias. “Necessário melhorar a qualificação dos profissionais para agir prontamente no momento da ação de resgate, no acolhimento adequado da vítima e na preservação da prova para investigação e ação futuras”.

Na prevenção, a magistrada recomendou o aumento da divulgação de ações sobre a atuação dos aliciadores, direcionada às populações mais vulneráveis. “É preciso fazer chegar aos locais públicos de grande circulação de pessoas e, também, às comunidades, às escolas, às igrejas, aos mercados, rodoviárias, postos de combustíveis em estradas, por



Acima, anúncio publicado no “Correio Paulistano” em outubro de 1880; abaixo, no “Diário de São Paulo” de outubro de 1872. Fonte: *Inspere*

exemplo, alertas sobre o modo comum de aliciamento, para que o trabalhador passe a desconfiar de propostas tentadoras e não se iluda, não acredite em promessas de ganhos incertos, sem garantias”.

O desembargador Lorival Ferreira dos Santos ressaltou que, mesmo com os avanços da Constituição de 1988 e da legislação trabalhista, o empenho do Ministério Público do Trabalho (MPT) e dos auditores fiscais são insuficientes para atender a demanda, e por isso remanesce o trabalho degradante análogo ao trabalho escravo, inclusive no Estado de São Paulo.

“Penso que as ínfimas condenações criminais também não têm gerado o efeito esperado. No TRT15, temos o CETEC, que realiza seminários, palestras, estudos, envolvendo toda a temática. Por iniciativa do comitê, foi criado um grupo de magistrados do primeiro grau que acompanha as diligências com a presença do Ministério do Trabalho e da Polícia Federal para apuração de infração à legislação no âmbito trabalhista, dando imediata solução”.

Já Leonardo Sakamoto acredita que, apesar situação crítica, o Brasil é um exemplo global de combate ao trabalho escravo. Ele cita como exemplo as denúncias de combate à escravidão contemporânea na Amazônia brasileira na década de 60, 70, a criação do grupo de fiscalização móvel em 1995 e o reconhecimento pelo governo federal diante da ONU da persistência da escravidão no país.

O jornalista destacou avanços na identificação e no atendimento às vítimas, na investigação, mas ressaltou que a ainda é pouco o número de pessoas condenadas criminalmente.

“O combate ao trabalho escravo se baseia em um tripé: combates à impunidade, à ganância e à pobreza. Por quê? Porque não é só impunidade que gera o trabalho escravo. Mas também tem a questão da pobreza, da falta de oportunidades para que as pessoas possam ser efetivamente autônomas e livres, como educação, saúde, lazer, alimentação. De certa forma, a erradicação do trabalho escravo está vinculada à erradicação da pobreza extrema no Brasil”.

Sakamoto dirige a ONG Repórter Brasil, fundada em 2001, que integra diversas comissões de combate ao trabalho escravo. A entidade desenvolve um [programa educacional](#) que já atendeu mais de 1,5 milhão de pessoas para formar professores, alunos, lideranças, assistentes sociais e pedagogos para as comunidades.



“No Estado de São Paulo, que, além de ser forte na região rural, temos trabalho escravo na construção civil e no setor de vestuário e têxtil, e também na exploração sexual e no comércio”, pontua.

Tráfico de emigrantes e imigrantes

A questão da vulnerabilidade ao trabalho escravo em razão da raça ainda é muito presente. A juíza federal Louise Vilela Leite Filgueiras destaca que, no Brasil, a maioria dos trabalhadores resgatados em situação análoga à de escravo é de homens negros e pardos, na sua maioria jovens e de baixa escolaridade.

Relatório do Ministério do Trabalho descreve que, no período de 2004 a 2020, 94% dos trabalhadores resgatados eram homens, 28% possuíam idade entre 18 e 24 anos, 37% cursaram até o 5º ano de forma incompleta e 30% eram analfabetos.

Migrantes também são uma população vulnerável à redução à condição análoga de escravo e, especialmente, por meio do tráfico de pessoas. Ainda segundo dados do Ministério do Trabalho, de 2006 a 2020, 880 trabalhadores foram resgatados. Desse total, 46% são de nacionalidade boliviana, 21% paraguaia, 16% haitiana e 8% peruana.

[Dados do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime \(UNODC\) e da Organização Internacional do Trabalho \(OIT\)](#) estimam que o tráfico humano movimenta cerca de 32 bilhões de dólares por ano. É a terceira atividade criminosa mais lucrativa do planeta, ficando atrás do tráfico de drogas e de armas.

O jornalista Leonardo Sakamoto ressalta que o tráfico de seres humanos para exploração de trabalho escravo envolve ainda cidadãos originários da Venezuela, Senegal e, também, brasileiros. Ele lembra que há pessoas do Nordeste que são escravizadas na Amazônia, pessoas do Sudeste que são escravizadas no Centro-Oeste, pessoas do Nordeste que são escravizadas no próprio Nordeste.

“Esse tipo de situação permanece graças à busca pelo lucro fácil ou pela competitividade. A escravidão que havia no Brasil, no período colonial e imperial, é diferente da escravidão de hoje. A principal diferença é que, até o 13 de maio 1888, o Estado Brasileiro garantia a posse de uma pessoa por outra. Hoje permanecem formas que emulam, que simulam esse direito de propriedade. O que está em jogo na escravidão é a anulação da dignidade do ser humano transformado em objeto descartável de trabalho”.

Para o jornalista, a sociedade global falhou, pois há trabalho escravo no mundo inteiro, apesar das convenções da Organização Internacional

A escravidão que havia no Brasil, no período colonial e imperial, é diferente da escravidão de hoje. A principal diferença é que, até o 13 de maio 1888, o Estado Brasileiro garantia a posse de uma pessoa por outra. Hoje permanecem formas que emulam, que simulam esse direito de propriedade.

***Leonardo Sakamoto,
jornalista***

do Trabalho (OIT), convenção da ONU para abolição da escravidão e convenções de direitos humanos regionais do continente americano, do continente europeu.

O desembargador Lorival Ferreira dos Santos concordou que os reflexos da escravidão remanesçam, e hoje o País recebe imigrantes à procura de melhores condições de vida, porém, encontram dificuldades de sobrevivência, sobretudo de emprego. Ele lembra que o tráfico é muito lucrativo também para o comércio mundial de órgãos humanos.

“Daí a necessidade de um rigor maior dos órgãos com a prevenção e repressão, impondo condenações severas aos criminosos”, avalia.

Casos

Episódio recente de situação análoga à escravidão veio a público no dia 19 de janeiro. Quinze pessoas foram resgatadas de um restaurante japonês na Vila Formosa, zona leste de São Paulo. A Polícia Civil chegou ao local, após denúncia feita ao Ministério Público, e encontraram os funcionários amontoados em um cômodo, sem ventilação adequada, alimentos em mal estado de conservação e vencidos. A maior parte deles vinha do Nordeste, com promessa de emprego, e tinham descontos no salário referentes ao valor da passagem, paga pelos contratantes.

A juíza federal Louise Vilela Leite Filgueiras disse que já julgou casos de imigrantes submetidos a condições de trabalho degradantes em oficinas de costura, que são comuns na cidade de São Paulo. Mais recentemente, instruiu um caso que a marcou bastante, em que se acusava o réu de oferecer em uma feira um imigrante boliviano como mercadoria. A situação causou revolta na população que acionou a polícia.

“Isso me fez ponderar que talvez não tenhamos evoluído muito como sociedade em matéria de respeito à dignidade humana, desde o Brasil-colônia, pois me deparei com situação semelhante a registros nos livros de História. O caso chegou à Justiça por obra do clamor público. Isso é bom sinal, mas quantos não chegam? É um crime subnotificado, de difícil investigação, complexo e cuja produção de prova em juízo é ainda mais difícil”, lamenta.

Outro destaque da magistrada foi para o caso da Fazenda Brasil Verde, pelo qual o Brasil foi condenado, em 2016, pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). O relato remete a 15 de março de 2000, quando 85 trabalhadores do Norte e Nordeste do País foram resgatados e estavam reduzidos à condição análoga à de escravo em uma fazenda em Sapucaia, interior do Pará.



Fazenda de café

O desembargador Lorival Ferreira dos Santos relatou casos que tramitaram no TRT15.

Em junho de 2021, 53 trabalhadores foram resgatados em uma fazenda de café no município de Pedregulho/SP. Entre eles havia 13 crianças e adolescentes, de 7 a 17 anos, aliciados em Aracatu (BA), no Polígono das Secas. Em ação civil pública proposta pelo MPT, no Juizado Especial da Infância e Adolescência (Jeia) de Franca, unidade do TRT15, foi firmado acordo para pagamento de indenização por danos morais coletivos, no valor de R\$ 360 mil.

“No ano seguinte, o TRT-15, o TRT-5 (BA) e o Poder Executivo da cidade baiana assinaram um termo de cooperação para construção de um centro de formação profissional para crianças, adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade. Inaugurado em 23 de setembro de 2022, o Centro oferece cursos de manicure, barbeiro, culinária, estética e massoterapia. Os jovens resgatados tiveram prioridade nas matrículas”.

Serviço doméstico

O jornalista Leonardo Sakamoto coloca como emblemáticos os casos de resgate de escravidão doméstica, em que há dificuldade de resgatar as trabalhadoras, uma vez que o local de trabalho é uma residência. “Muitas delas estão trancadas. Isso mostra como as pessoas, inclusive a classe média, participam de processos de escravização”.

Ele destaca um caso de uma mulher de 84 anos resgatada no Rio de Janeiro/RJ, após 72 anos trabalhando como empregada doméstica para três gerações de uma mesma família. Foi o maior tempo de escravização até hoje no Brasil. Nesse período, ela cuidou da casa e dos moradores, diariamente, sem receber salário.

“Segundo a fiscalização, a vítima tinha 12 anos quando começou a trabalhar nessa família. Primeiro no interior do Estado, depois em uma casa na região da zona norte do RJ. Então, todo mundo dizia: ‘Ah, é como se fosse da família!’ Mas não era. Era uma trabalhadora obrigada a fazer uma série de coisas e a situação veio a público por denúncia de vizinhos. Precisamos avançar bastante não só no combate ao trabalho escravo contemporâneo doméstico, mas também na própria garantia de direitos às empregadas trabalhadoras domésticas”, relata.

CONTRATO DE TRABALHO 13

Empregador João Luiz Quagliato Neto
 Faz. Brasil Verde
 CGCMF Rod. PA 150 Km 12
 Rua Sapucaia Nº Pará
 Município Bovinosultura
 Esp. do estabelecimento
 Cargo SERVIÇOS GERAIS
 CBO nº
 Data admissão 25 de JUNHO de 2000
 Registro nº 1397 Fls/Ficha
 Remuneração especificada R\$ 136,00 (cento e trinta e seis reais) POR MÊS.
 P.P. Quagliato Neto
 JOÃO LUIZ QUAGLIATO NETO
 Ass. do empregador ou a rogo c/test. depto pessoal
 1º
 Data saída 13 de maio de 2000
 JOÃO LUIZ QUAGLIATO NETO
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.
 1º 2º
 Com. Dispensa CD Nº

Carteira de trabalho de um dos trabalhadores resgatados em 2000, na Fazenda Brasil Verde.
 Fonte: Ong Reporter Brasil

NOTÍCIAS DE
CONDENAÇÕES POR
**TRABALHO
ESCRAVO**

NOV
29

[Empresário é condenado](#) por trabalho análogo à escravidão

2022

JUL
29

Justiça Federal da 3ª Região lança [vídeos](#) com debates sobre o crime de tráfico de pessoas

2022

ABR
28

Justiça Federal [condena três pessoas](#) por manter doméstica em condição análoga à de escravo

2022

FEV
22

Empresária e dono de oficina de costura [são condenados](#) por trabalho análogo à escravidão em SP

2022

JAN
31

[Gerentes de confecção são condenadas](#) por trabalho análogo à escravidão

2022

OUT
19

TRF3 confirma [condenação de três pessoas](#) por trabalho escravo em ferrovias de São Paulo

2021



Justiça Federal adquire imóveis no interior de São Paulo

Ricardo Nabarro

Em dezembro de 2022, a Diretoria do Foro da Seção Judiciária de São Paulo (SJSP) formalizou a aquisição de três edifícios para o funcionamento da Justiça Federal nos municípios de Bauru, Franca e São João da Boa Vista/SP.

A aquisição dos prédios vai proporcionar uma economia anual estimada de R\$ 3 milhões aos cofres públicos, gastos hoje com o pagamento de aluguel e Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Sua efetivação foi possível graças à destinação de orçamento da União autorizada pelo Congresso Nacional, por meio da [Lei nº 14.502/2022](#).

Dois dos imóveis já estavam sendo alugados pela Justiça Federal, um em Franca (Avenida Presidente Vargas nº 543, Cidade Nova) e outro em São João da Boa Vista/SP (Praça Governador Armando Sales nº 58, centro). O terceiro, em Bauru, é em novo endereço: Rua Araújo Leite nº 39-57, Jardim Aeroporto.

Os contratos de compra e venda dos imóveis, com força de escritura pública, [foram assinados](#) na Justiça Federal de São Paulo no dia 28 de dezembro, pelo diretor do Foro da SJSP, juiz federal Márcio Ferro Catapani (interveniente); pelo superintendente do Patrimônio da União em São Paulo (SPU/SP) Denis Fabrisio de Oliveira Selymes (comprador); e pelos representantes das empresas proprietárias dos imóveis (vendedores).

Na ocasião também estiveram presentes o diretor da Subseção Judiciária de Bauru, juiz federal Marcelo Freiburger Zandavali, e a diretora da Subseção Judiciária de São João da Boa Vista, juíza federal Luciana da Costa Aguiar Alves Henrique.



Imóvel na Rua Araújo Leite nº 39-57 será o novo endereço da Justiça Federal em Bauru/SP



Edifício-sede da Justiça Federal em Franca/SP



Edifício-sede da Justiça Federal em São João da Boa Vista/SP

“Com as aquisições, reduzimos custos com alugueis e IPTU. Assim podemos nos planejar para investir nos prédios”, ressaltou o diretor do Foro. O magistrado também lembrou que, antes de um imóvel ser comprado, são realizados estudos sobre a economia que será gerada aos cofres públicos.

Gastos com aluguéis e IPTU

A Justiça Federal da 3ª Região ocupa, atualmente, 64 imóveis nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, sendo que 27 são locados. As despesas com aluguéis em 2022 atingiram R\$ 25.333.272,00 e com IPTU R\$ 675.219,51.

Na Seção Judiciária de São Paulo são 53 imóveis, sendo 22 locados. Foram gastos R\$ 24.080.935,00 com aluguel e R\$ 563.707,02 com IPTU. Já na Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul são 11 imóveis, sendo cinco locados. Os custos com aluguel atingiram R\$ 1.252.337,27 e com IPTU R\$ 111.512,49.

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) não aluga espaços/salas desde 2020.



Justiça Federal em Campo Grande/MS



Justiça Federal em Três Lagoas/MS



Justiça Federal em Dourados/MS

Usinas fotovoltaicas em Mato Grosso do Sul

A Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul (SJMS) deu início aos projetos de implantação de usinas fotovoltaicas nos edifícios-sede da Justiça Federal em Campo Grande, Dourados e Três Lagoas/MS.

A iniciativa foi possível graças à aprovação, pelo Congresso Nacional, de crédito especial para a Justiça Federal no valor de R\$ 3 milhões, conforme consta na [Lei 14.486/22, de 21 de dezembro de 2022](#).

“Este é o grande desafio de nossa administração em 2023, pois trata-se de um projeto complexo e de valor vultoso. Quando as usinas fotovoltaicas estiverem funcionando, além de gerarem economia financeira, também trarão benefícios para o meio ambiente pois são sustentáveis. Queremos ampliar esse projeto para outras subseções no futuro”, disse a diretora do Foro da SJMS, juíza federal Monique Marchioli Leite.

Desde 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), por meio da [Resolução Normativa nº 482/2012](#), permite aos consumidores, sejam empresas, instituições e pessoas físicas, a geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis. A energia excedente é fornecida à rede de distribuição da localidade na modalidade denominada geração distribuída em regime de compensação.

Autenticação para a Plataforma Digital do Poder Judiciário pelo PJe

A Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação (AGES) comunica que a ferramenta de autenticação única Single Sign On – SSO, desenvolvida pelo Conselho Nacional de Justiça para acesso à Plataforma Digital do Poder Judiciário – PDPJ e a todas as funcionalidades do PJe, está em fase de adaptação e breve disponibilização para toda a Justiça Federal da 3ª Região.

Trata-se de ferramenta que vai integrar todos os módulos desenvolvidos ou em desenvolvimento, como o AJG e o RPV. Com o uso da nova ferramenta, apenas o simples acesso com certificação digital garante a utilização de todos os demais sistemas acessórios, desde que previamente liberados os perfis de acessos.

Como exemplo, a AGES cita a integração com o serviço automatizado a informações previdenciárias e envio de ordens judiciais ao INSS pelo portal PREVJUD, garantindo agilidade na tramitação dos processos previdenciários e maior efetividade das decisões judiciais com redução do tempo para implantação do benefício.

Assim, todas as futuras melhorias serão necessariamente apoiadas no SSO. A ferramenta já se encontra em ambiente de segundo grau, porém desativada, aguardando possíveis ajustes. As áreas técnicas vêm, agora, trabalhando para a disponibilização a todos o mais breve possível, especialmente para o primeiro grau, dada a dimensão da estrutura e complexidade.

Ainda no mês de fevereiro, uma equipe do CNJ estará na 3ª Região para os devidos ajustes do SSO.



Justiça Federal da 3ª Região apresenta balanço de virtualização de feitos físicos

TRF3 alcança marca de 99% do acervo; colaboração de apenados é destaque na digitalização de processos desarquivados

Andréa Silva

Tornar a prestação de serviços jurisdicionais mais célere e efetiva é o propósito de um Poder Judiciário atuante, que leva em consideração o interesse público e uma gestão eficiente. Com a era da informação, uma nova abordagem e a capacidade de se adaptar a novos conceitos são necessárias.

Ao buscar adequar-se a esta perspectiva, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) lançou, em 2018, o Projeto TRF3 100% PJe, que prevê a virtualização de autos físicos, para utilização exclusiva da plataforma como forma de acelerar a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe). A iniciativa seguiu as diretrizes da [Resolução CNJ nº 420/2021](#).

O objetivo é enfrentar restrições orçamentárias, racionalizar a utilização dos recursos humanos e materiais, reduzir os custos com aluguéis e economizar com possíveis deslocamentos.

No momento, o projeto está em fase de finalização, com 99% do acervo concluído.

Virtualização de processos desarquivados

Em novembro de 2022, o projeto de virtualização de processos desarquivados foi implantado nas varas da Seção Judiciária de São Paulo (SJSP). A iniciativa, realizada pelo Núcleo de Apoio a Projetos Especiais (NUPJ), foi delineada pela [Ordem de Serviço nº 39/2022](#) da Diretoria do Foro da SJSP.

Um dos destaques é a execução dos trabalhos com a ajuda de apenados que respondem a processos na Justiça Federal e tiveram penas convertidas em prestação de serviços à comunidade, acompanhadas pela Central de Penas e Medidas Alternativas (Cepema).



Atualmente são oito colaboradores, que trabalham com cargas horárias de um a dois dias por semana, no NUPJ. Eles mantêm atividades externas e são alocados conforme demanda e vaga no cronograma do projeto. A tarefa consiste em preparar processos e volumes, como retirar grampos, bailarinas, cola e elásticos; digitalizar as folhas em máquinas copiadoras; remontar os documentos.

Cada volume, com exceção dos de execução fiscal, possui por volta de 250 páginas. Em média, são sete horas de serviço, com prioridade para digitalização.

Ao todo, treze colaboradores participaram do programa, sendo que cinco já completaram o tempo estipulado. As horas prestadas são reduzidas do total da pena e seguem os termos da decisão judicial.

Não é exigido perfil específico, uma vez que todos são treinados para a execução das tarefas. Basta cumprir o termo de compromisso, que compreende a definição de direitos e obrigações, como observância da frequência, encaminhada mensalmente à Central e comunicada ao juízo.



Diretor do Núcleo de Apoio a Projetos Especiais (NUPJ), Takachi Ishizuka, explica funcionamento do projeto de digitalização com apenados da Cepema

De acordo com o coordenador-geral da Cepema, juiz federal Alessandro Diaferia, a reinserção social de apenados aliada à digitalização de processos beneficia quem realiza e aquele que recebe o serviço comunitário. “Considero uma política pública relevante, pois evita o encarceramento desnecessário e facilita o reingresso na sociedade; ao mesmo tempo, agiliza o procedimento e a prestação jurisdicional”, afirmou.

O senhor D. é um dos colaboradores que teve a pena convertida em prestação de serviços e auxilia nos trabalhos de digitalização. Segundo ele, o ambiente é bom e a equipe de servidores procura ajudar em tudo. Além disso, “saber que o que fazemos vai facilitar a vida das pessoas dá sentido ao que é realizado”, concluiu.



Balço - Virtualização de processos no TRF3 e SJMS

	Eletrônico - DW	Físico - Sistema Legado	Grau de Virtualização
SJSP - Varas Federais	691.447	18.559	97,40%
SJMS - Varas Federais	73.849	876	98,87%
Tribunal	215.989	1.493	99,30%
Juizados Especiais	483.864		
Turmas Recursais	74.874		
3ª Região	1.540.023		99%

* Fonte de dados: Eletrônicos: Painéis de Movimentação Processual Varas, JEF, TR e Tribunal
Físicos: Relatórios dos sistemas legados

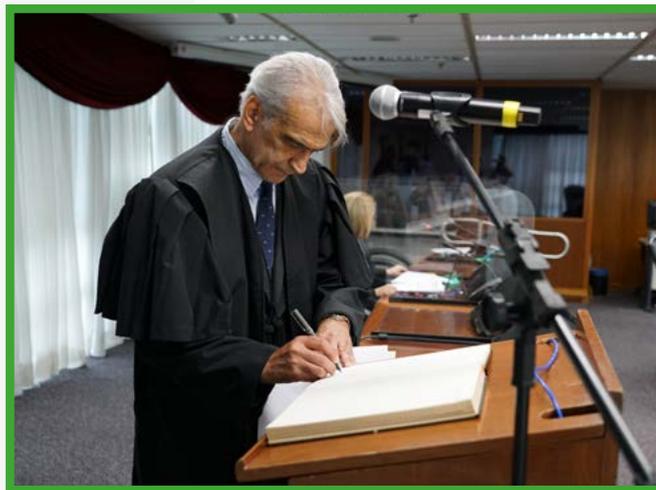
* Total da 3ª Região: Tram. Líquida Varas Federais, Juizados Especiais, Turmas Recursais e Tribunal.

Aconteceu na 3ª Região

Desembargador Federal David Dantas toma posse como Corregedor Regional

O desembargador federal David Dantas tomou posse, no dia 12/1, como corregedor regional da Justiça Federal da 3ª Região, em sessão plenária extraordinária administrativa híbrida, conduzida pela presidente da Corte, desembargadora federal Marisa Santos. O magistrado dará continuidade ao mandato iniciado em março de 2022 pelo desembargador federal Luiz Stefanini, que se aposentou em dezembro.

O novo corregedor regional agradeceu aos colegas pela oportunidade e destacou que contará com o apoio de todos para promover uma gestão eficiente. Afirmou que a prioridade da Corregedoria Regional será a busca por soluções para uma melhor prestação jurisdicional. “Nosso foco é o destinatário dos serviços de Justiça, o cidadão”, declarou.



Agentes de Polícia Judicial do TRF3 participam de treinamento de defesa pessoal

Os agentes de polícia judicial da Secretaria de Segurança Institucional (SSEG) do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) participaram de treinamento de defesa pessoal, em 17/1, na Academia Alliance Perdizes. O curso foi coordenado pela Seção de Operações Especiais e ministrado pelos professores Edson Costa e Hélio Costa.

O evento integra o cronograma de treinamento operacional continuado da Subsecretaria de Policiamento, Inteligência e Operações Especiais (UPOE). A capacitação visa manter o efetivo apto a responder às demandas na área de segurança do Tribunal, de acordo com a [Resolução CNJ 344/2020](#) e normas vigentes do Poder Judiciário Federal. As atividades incluíram técnicas de contenção e submissão de suspeitos, além de táticas de defesa e sobrevivência em combate corpo a corpo.

Plataforma CEJUSC-Saúde busca reduzir judicialização e solucionar demandas

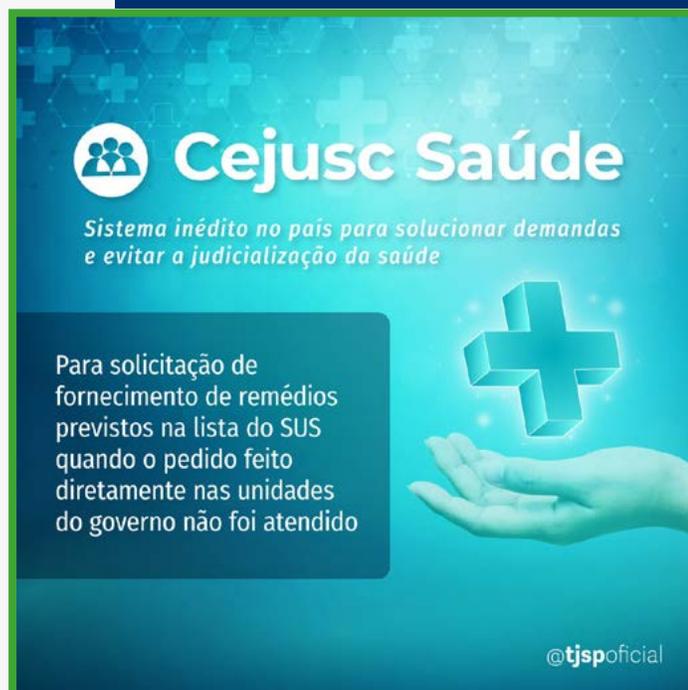
O desembargador federal Mairan Maia, representando a presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, desembargadora federal Marisa Santos, participou, no dia 12/12, da assinatura do termo de cooperação e lançamento do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania na Área da Saúde ([Cejusc-Saúde](#)), em evento realizado no Palácio da Justiça do Tribunal de Justiça de São Paulo.

A iniciativa consiste em plataforma inédita para fornecimento de remédios do Sistema Único de Saúde (SUS) e busca solucionar as demandas de forma ágil, sem a necessidade de decisão judicial. Ela é destinada aos cidadãos que solicitaram medicamentos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Renam), do Ministério da Saúde, nas unidades do governo federal, estadual ou municipal, e não foram atendidos.

JF3R participa de festival de laboratórios de inovação do Poder Judiciário

A Justiça Federal da 3ª Região (JF3R), representada pelo Laboratório de Inovação do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (iLabTRF3) e pelo Laboratório de Inovação da Justiça Federal de São Paulo (iJusLab), participou do Festival Nacional de Laboratórios de Inovação do Poder Judiciário ([Fest Labs 2022](#)), no período de 30/11 e 1/12, em Recife/PE.

O evento, promovido pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e pela Escola Judicial de Pernambuco (Esmape), com a coordenação do Instituto de Inovações Aplicadas (Ideias) e apoio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), contou com a presença de 86 órgãos da Justiça. O tema do festival foi “Bem-vindo ao Judverso: embarque imediato na jornada de inovação”. A JF3R contou com um estande e realizou apresentação de pitch para a divulgação do case “Oficial de Justiça Pacificador”.



Emag 2023: nova sede, extensa agenda de eventos e retomada dos cursos de idiomas

Silvana de Freitas

A Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região (Emag) começou o ano de 2023 com dois planos em destaque e a retomada de um projeto antigo: mudança para uma sede compatível com as necessidades atuais, extensa agenda de eventos e oferta de cursos de idioma, suspensa há três anos.

A equipe da Escola também se prepara para promover o curso de formação inicial aos magistrados aprovados no [20º Concurso Público para Juiz Federal Substituto e Juíza Federal Substituta da 3ª Região](#), evento com duração de três meses.

Ainda em janeiro, os 20 servidores da unidade deixaram o edifício Funcef Center, na Avenida Paulista nº 1912, para se instalar no primeiro andar da Torre Sul do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, ao lado. Vão trabalhar de forma integrada em ambiente aberto, sem o isolamento físico de divisórias.

O novo auditório tem capacidade para 40 pessoas, em vez de 80 do anterior. A redução do espaço justifica-se devido à mudança no formato dos eventos. Com a pandemia da Covid-19, eles passaram a ser principalmente remotos ou híbridos, em que muitas aulas e palestras são veiculadas pela plataforma Teams ou transmitidas pelo YouTube, resultando em menor necessidade de presença física.

Em contrapartida, a Escola passa a ter um estúdio próprio para gravação de videoaulas e conteúdos para o YouTube, canal de comunicação que ganhou impulso nos últimos anos.

Em vez da sala destinada à simulação de audiências durante o curso de formação inicial de magistrados, chamada “vara padrão”, agora há um espaço multiuso, que poderá ser utilizado também para atividades como rodas de conversa e lançamento de livros.



Idiomas

Suspensos em 2019, no contexto da pandemia, os cursos de línguas estão de volta, prioritariamente para magistrados, mas com vagas remanescentes para servidores. Terão 80 horas-aula, ao longo de quatro meses, incluindo conversação pela plataforma Teams. A capacitação em francês será ainda no primeiro semestre. Em formato semelhante, os cursos de Inglês e Espanhol serão ofertados no segundo semestre.

Agenda

Dois eventos no início de fevereiro abriram a programação anual. No dia 6, o seminário “**Pacote Fiscal e as Alterações no CARF**” trouxe o novo secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, e o presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, Carlos Higino Ribeiro de Alencar, entre outras autoridades.

No dia 7, a palestra “**Assédio moral, assédio sexual e discriminação: Vamos falar sobre isso?**”, encheu o novo auditório. Na ocasião, aconteceu o lançamento de [cartilha sobre o tema](#), em uma parceria da Emag com as comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual no TRF3, na Seção Judiciária de São Paulo e na Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul.

Ainda em fevereiro, começaram as aulas do curso de **Gestão Cartorária no Processo Judicial Eletrônico** e as capacitações para **Aperfeiçoamento de Conciliadores da Justiça Federal da 3ª Região** e para a **Formação de Formadores Nível 1, Módulo 2**, que irá tratar dos elementos didáticos da prática docente.

O grande interesse do público pelas palestras sobre ansiedade e depressão, em 2022, deverá trazer novamente o médico neurologista e escritor Leandro Teles para a Emag, a fim de expor sobre a **síndrome de Burnout**, também chamada síndrome do esgotamento profissional, causada principalmente pelo excesso de trabalho.



Vice-presidente do IREE, Valdir Simão; procuradora da Fazenda Nacional Rita Dias Nolasco; diretor da Emag, desembargador federal Nino Toldo; presidente do Carf, Carlos Higino Ribeiro de Alencar, e advogado Fernando Mendes



Comissão da Ceama participa de palestra sobre Assédio Moral, Sexual e Discriminação

Os planos para o primeiro semestre incluem ainda cursos sobre **Direito e Psicanálise**, coordenado pela diretora do Foro da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso do Sul, juíza federal Monique Marchioli Leite; sobre **elaboração de ementas jurisprudenciais**, com tutoria da servidora do Superior Tribunal de Justiça Kalyani Muniz Coutinho Pimentel; além de palestras sobre temas diversos, como **Direito Previdenciário, liberdade de expressão e ativismo judicial**.

Ao longo do ano, deverão ser oferecidos dez cursos a distância que foram concebidos por outros tribunais e passaram a integrar uma espécie de banco de capacitação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam). Esse trabalho terá coordenação do diretor acadêmico da Emag, desembargador federal José Carlos Francisco, e direção do diretor da Escola, desembargador federal Nino Toldo.

Balanço

Em 2022, a Escola realizou 35 eventos, nas modalidades on-line, presencial e híbrida, com a capacitação de 2.800 pessoas entre magistrados, servidores e público em geral.

Em balanço de fim de ano, o diretor da Escola, Nino Toldo, destacou a necessidade de eventos que promovam a reflexão sobre aspectos humanísticos. “O propósito da Emag, entre tantos outros, é promover eventos que valorizem o ser, prestigiando aspectos não somente técnicos, de formação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores da Justiça Federal da 3ª Região, mas também valorizem o ser humano que somos.”



Público participa da palestra sobre assédio e discriminação em novo auditório da Emag

Brasil enfrenta desafio para elevar índice de reciclagem

Somente 4% dos resíduos gerados no país são destinados ao processo

Sergio Quaranta

Um comparativo entre o Brasil e países de mesmo grau de desenvolvimento, como Chile, Argentina, África do Sul e Turquia, demonstra um índice baixo de reciclagem brasileiro. Enquanto reciclamos apenas 4%, os outros países reciclam, em média, 16% de seus resíduos.

A diferença é ainda maior em relação a países desenvolvidos, como a Alemanha, cujo índice de reciclagem é de 67%, de acordo com dados da *International Solid Waste Association (ISWA)*.

Os resíduos recicláveis são compostos principalmente por plásticos, papel, papelão, vidros, metais e embalagens multicamadas formadas pela sobreposição de materiais, como filmes plásticos ou metalizados.

Ao menos dois fatores explicam os números ligados à reciclagem no país. O primeiro é a falta de conscientização e engajamento do consumidor na separação e descarte seletivo de resíduos. O outro é a falta de infraestrutura dos municípios brasileiros para permitir que os materiais retornem ao ciclo produtivo.

O potencial para melhorar essa situação é grande e a mudança pode começar com a adoção de medidas como o aumento de unidades para descarte separado, implantação de coleta seletiva e de unidades de triagem, além de implantação de estrutura fiscal tributária que torne o material reciclável mais atrativo para o setor industrial.

De acordo com o [“Panorama dos Resíduos Sólidos 2022”](#), levantamento realizado pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), o Brasil gerou, no ano passado, cerca de 81,8 milhões de toneladas de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU). Isso significa que cada brasileiro produziu, em média, 1,043 kg de resíduos por dia.



A região que mais gera resíduos é a Sudeste (111 mil toneladas diárias), aproximadamente 50% da geração do país, enquanto a região Centro-Oeste é a que apresenta o menor número (7% do total), com cerca de 6 milhões de toneladas geradas anualmente.

Expectativa de transformação

O levantamento aponta que no ano passado houve um movimento positivo em termos normativos do setor. A edição do [Decreto nº 10.936/2022](#) trouxe nova regulamentação para a [Lei 12.305/2010](#) que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Já o [Decreto nº 11.043/2022](#), instituiu o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Planares), que objetiva se tornar o principal instrumento legal a estabelecer diretrizes e metas para a área, num horizonte de vinte anos.

Outra ação foi o “Programa Recicla +”, que busca a injeção de investimentos privados nesse mercado. Os agentes de reciclagem poderão habilitar as notas fiscais da comercialização de recicláveis junto a entidades gestoras que emitirão os créditos. Cada tonelada de material equivale a um crédito.

Os novos instrumentos reforçam princípios e definições vigentes no país há mais de uma década possibilitando objetividade para a aplicação, visando a transformar a gestão linear de resíduos em uma administração voltada à circularidade (reaproveitamento e reintrodução da matéria-prima no ciclo produtivo).

Para isso, o foco deve ser o aproveitamento dos resíduos como um importante recurso capaz de assegurar a proteção do meio ambiente, promover melhores condições de saúde, gerar empregos e contribuir com a agenda climática.

A estimativa da Abrelpe aponta que somente os recicláveis descartados em lixões equivalem a uma perda de R\$ 14 bilhões anuais que poderiam fomentar renda para a camada de população que trabalha com essa atividade.

**Associação Internacional de Resíduos Sólidos*

*** Fonte : Abrelpe : <https://abrelpe.org.br/>*

Gestão Socioambiental

A Justiça Federal da 3ª Região atua alinhada às normativas do Conselho da Justiça Federal (CJF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) quando o assunto é sustentabilidade.

O TRF3 conta com uma Comissão Permanente de Gestão Socioambiental CGSA-3R que coordena o Plano de Logística Sustentável (PLS) da 3ª Região. O PLS possui metas como a redução da produção de resíduos sólidos e o aumento da reciclagem de itens. Além disso, a [Resolução PRES n.º 451/2021](#) dispõe sobre a política de gestão dos resíduos.

A Assessoria de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica (ADEG) é responsável pela gestão socioambiental do Tribunal. O setor desenvolve ações previstas no PLS e busca fortalecer a cultura organizacional pautada em práticas sustentáveis. Destacam-se as campanhas: “Escreva Uma Nova História”, para a coleta e reciclagem de material de escrita, “ECOPO - Substituição Sustentável” para a redução no consumo de copos descartáveis e “Devolução de Material de Consumo” baseada no uso consciente dos recursos da Administração.

Na Seção Judiciária de São Paulo, que trabalha na criação do seu Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, a coleta seletiva de resíduos e a disseminação de ações de sensibilização sobre os temas de sustentabilidade ficam a cargo da Seção de Gestão Socioambiental e Responsabilidade Social (SUSR).

Já na Seção Judiciária do Mato Grosso do Sul, a busca de soluções sustentáveis para as atividades do órgão é desenvolvida pela Seção de Gestão Estratégica e Modernização Administrativa (SUGM).

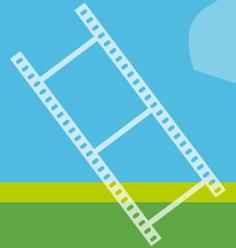


12 BREVES LIÇÕES

SOBRE O PLÁSTICO E O PLANETA

7

- 1** A expansão massiva do plástico começou na segunda metade do século XX, com a descoberta de que **UM PRODUTO RESIDUAL DA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA** poderia ser usado para fazer PVC.



Fonte: Atlas do Plástico



- 2** Entre 1950 e 2017, um total de **9,2 BILHÕES DE TONELADAS DE PLÁSTICO** foram produzidas. Isso representa mais de uma tonelada por cada pessoa que vive hoje em dia no planeta Terra. A maior parte consiste em produtos e embalagens de uso único. Menos de dez por cento de todo o plástico já produzido foi reciclado.



- 3** Em 1978, a Coca-Cola decidiu substituir suas icônicas garrafas de vidro por garrafas de plástico. Agora, **COPOS DESCARTÁVEIS, PRATOS DE PLÁSTICO E OUTROS UTENSÍLIOS** tornaram-se parte indispensável de nossas vidas cotidianas.



- 4** O plástico gera muitos **RISCOS À SAÚDE**. Uma variedade de produtos químicos é adicionada ao plástico base para dar-lhe certas características. Mas esses produtos químicos são perigosos para a saúde e se acumulam no ar e no pó das casas.



- 5** Resíduos de plástico e microplástico flutuando nos oceanos do mundo são um problema bastante discutido. Mas poucos se dão conta que a **POLUIÇÃO PLÁSTICA DO SOLO** pode ser entre 4 e 23 vezes maior do que nos mares.



- 6** Em 2018, mais de **1,13 TRILHÃO DE UNIDADES DE EMBALAGEM** — a maioria delas de plástico — eram usadas para alimentos e bebidas apenas na União Europeia. A embalagem não é o único problema: a agricultura utiliza a cada ano cerca de 6,5 milhões de toneladas de plástico em todo o mundo.



7 Nós vestimos plástico. Poliéster e outras fibras sintéticas são feitas de petróleo ou gás natural. Fazer uma **CAMISA DE POLIÉSTER** pode emitir entre **3,8 E 7,1 QUILOGRAMAS DE CO₂**



8 O plástico acelera as mudanças climáticas. Se as tendências atuais continuarem, os plásticos terão causado emissões de CO₂ da ordem de 56 gigatoneladas até 2050. Em outras palavras: fabricar plástico pode custar de **10 A 13 POR CENTO DO LIMITE ESTIMADO DE EMISSÕES DE CARBONO** para que o aquecimento global se mantenha abaixo de 1,5 graus Celsius.



9 Um pequeno grupo de multinacionais controla o mercado global de plástico, que é dominado pelo **GÁS BARATO EXTRAÍDO POR FRATURAMENTO HIDRÁULICO (FRACKING)** nos EUA. A Ineos, maior produtora de plásticos europeia, está investindo bilhões na importação de matéria-prima dos EUA para fabricar plásticos na Europa.



10 Por décadas, a indústria do plástico tem resistido aos esforços para limitar sua produção e os danos que causa. Investe bilhões de dólares e paga exércitos de lobistas para obter subsídios, impedir a regulamentação e **TRANSFERIR A CULPA** aos consumidores e países pobres da Ásia.



11 Em 2018, a China proibiu a importação de resíduos de plástico. Outros países também se recusam a ser a lixeira do mundo e estão devolvendo os resíduos recebidos. Os quatro **MAIORES EXPORTADORES** são os EUA, Japão, Alemanha e Reino Unido. Já os quatro **MAIORES PRODUTORES** de lixo plástico são EUA, China, Índia e Brasil.



12 O movimento global **BREAK FREE FROM PLASTIC (LIBERTE-SE DO PLÁSTICO, em tradução livre)** responsabiliza as empresas de bens de consumo e os produtores de plástico pelos resíduos que geram e apoia comunidades e estilos de vida lixo zero. Mais de 1.500 organizações e milhares de indivíduos aderiram a esse movimento.



São Paulo completa 469 anos

Cosmopolita, município tem influência cultural de várias partes do mundo

Em 25 de janeiro, “Sampa”, “Paulicéia”, “Terra da Garoa”, ou simplesmente, São Paulo, completou 469 anos. Centro financeiro da América Latina e maior cidade do Brasil, possui uma população estimada de 12.396.372 habitantes, com mais de 70 nacionalidades.

Capital do Estado de São Paulo, recebe brasileiros e estrangeiros para trabalho e moradia. A cidade é a única no país classificada como grande metrópole nacional.

O município foi fundado com a chegada de padres jesuítas, entre eles José de Anchieta e Manoel da Nóbrega. Os religiosos construíram um colégio próximo aos rios Tamandateí e Anhangabaú, onde foi celebrada uma missa no dia 25 de janeiro de 1554.

O local demorou 157 anos para se tornar a cidade denominada São Paulo. Nessa época, era o ponto de partida das bandeiras, expedições que exploravam o interior do Brasil em busca de minerais preciosos e captura de índios para trabalho escravo.

Em 1815, transformou-se em capital da Província de São Paulo. No ano de 1827, com a criação da primeira faculdade de Direito, no Largo São Francisco, tornou-se um núcleo intelectual e político do país.

No final do século XIX, a expansão da cafeicultura transformou o município em um centro econômico de relevância. Estrangeiros chegaram de diversos lugares do mundo para trabalhar nas lavouras e, mais tarde, no parque industrial da cidade. Na década de 1890, mais da metade dos habitantes era formada por imigrantes.

Já no início dos anos 1930, a elite do Estado de São Paulo entrou em choque com o governo federal. O resultado foi a Revolução Constitucionalista de 1932, que estourou no dia 9 de julho.



Na década de 1940, São Paulo ganhou intervenções urbanísticas, em especial no setor viário. A indústria se transformou no principal motor econômico da cidade.

A necessidade de mão-de-obra trouxe brasileiros de outros Estados, principalmente do nordeste do país.

Na década de 1970, o setor de serviços destacou-se na economia paulistana. As indústrias migraram para municípios da região metropolitana (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema).

Em 25 de janeiro de 1984, dia do aniversário da cidade, houve uma manifestação pelas “Diretas Já”, na Praça da Sé. A data histórica reuniu 300 mil pessoas e contou com a presença de partidos políticos, lideranças sindicais, civis, estudantis, artistas e jornalistas.

Em junho de 2013, manifestações em massa ocorreram por todo o país, originadas por protestos contra o aumento nas tarifas do transporte público na cidade de São Paulo, organizado por um grupo de jovens, chamado Movimento Passe Livre.

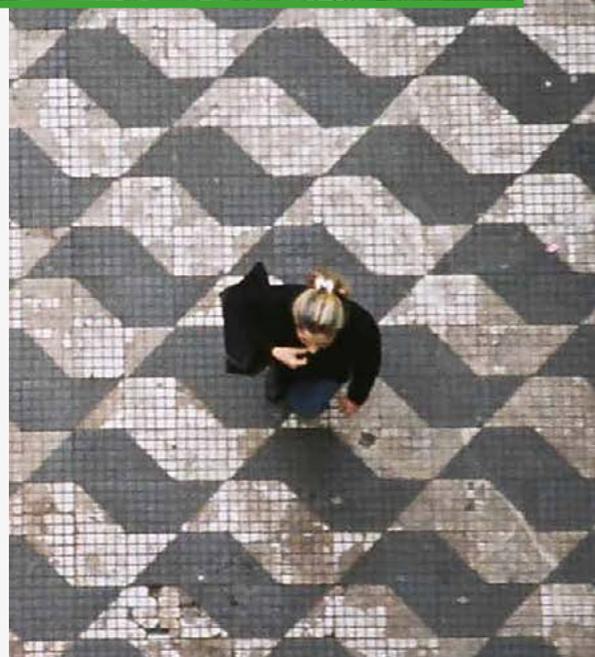
Justiça Federal no município

A Justiça Federal na cidade é composta pelo Tribunal Regional da 3ª Região (TRF3) e pela 1ª Subseção Judiciária do Estado de São Paulo: fóruns Cível, Criminal e de Execuções Fiscais; Varas Previdenciárias; Juizado Especial Federal; Turmas Recursais e Central de Conciliação.

A 1ª Subseção tem jurisdição nos municípios de Caieiras, Embu-Guaçu, Francisco Morato, Franco da Rocha, Juquitiba, São Lourenço da Serra, São Paulo e Taboão da Serra

No início de 2023, a força de trabalho do TRF3 reunia 1.744 servidores e, a primeira instância, 1.795. Atualmente há 108 juízes federais titulares e 34 juízes federais substitutos atuando na cidade de São Paulo. No TRF3 há 40 desembargadores federais.

Em dezembro de 2022, o acervo do TRF3 era de 220.193 processos em tramitação. O das Varas e Juizados da capital paulista, 332.461, e das Turmas Recursais, 68.705.



Linha do Tempo



29/6/1968

Inauguração do primeiro Fórum da Justiça Federal em São Paulo, na Praça da República, 299 denominado Pedro Lessa



19/12/1982

Instalação da nova sede do Fórum ministro Pedro Lessa, na Avenida Paulista, 1682



30/3/1989

Inauguração da primeira sede do TRF3, na Rua Líbero Badaró, 39

10/8/1990

Instalação do Fórum Criminal Ministro Jarbas Nobre, na Praça da República, 299

19/4/1991

Instalação do Fórum Especializado em Execuções Fiscais, na Rua José Bonifácio, 237

29/4/1999

Inauguração da nova sede do Fórum Especializado em Execuções Fiscais, na Rua João Guimarães Rosa, 215

19/11/1999

Instalação das Varas Previdenciárias



14/1/2002

Instalação do Juizado Especial Federal da Capital, na Rua São Joaquim, 69

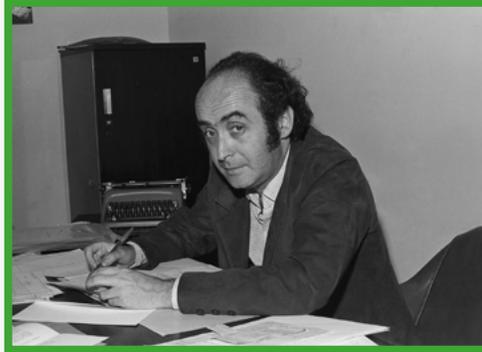
30/6/2011

Instalação da Central de Conciliação, na Praça da República, 299

Decisões emblemáticas

1978 - Vladimir Herzog

Em outubro de 1978, sentença histórica do juiz federal Márcio Moraes responsabilizou a União pela prisão ilegal, torturas e morte do jornalista nas dependências do DOI-CO-DI, em 1975.



Principais fontes:

[IBGE](#)

[ALESP](#)

[JFSP](#)

[Direito USP](#)

[Senado Federal](#)



1991 - Plano Collor

O Plenário do TRF3 concluiu que o bloqueio dos cruzados novos (saldos das contas correntes, das cadernetas de poupança e investimentos superiores a Cz\$ 50 mil) era inconstitucional, configurando empréstimo compulsório e ferindo os princípios da isonomia e da capacidade contributiva.

Constitucional, configurando empréstimo compulsório e ferindo os princípios da isonomia e da capacidade contributiva.

VOCABULÁRIO PAULISTANO



- Mano:** qualquer pessoa
- Busão:** ônibus
- Velho:** amigo
- Trombar:** encontrar
- Faz uma cara:** faz tempo
- Da hora:** bom

- Mala:** pessoa chata
- Bater uma xepa:** comer
- Rolê:** passeio
- Breja:** cerveja
- Fechou:** combinado

COMIDAS TÍPICAS



- Coxinha**
- Virado à Paulista** (arroz, feijão, ovo, banana, bisteca e linguiça)
- Sanduíche de mortadela**
- Pão na chapa**
- Pizza**
- Pastel de feira**

Fevereiro Roxo e Laranja dão visibilidade para Fibromialgia, Alzheimer, Lúpus e Leucemia

Campanhas alertam para a importância do diagnóstico precoce, tratamento no início das doenças e da doação de medula óssea

Ester Laruccia

Roxo e laranja ganham destaque no mês de fevereiro e chamam a atenção às campanhas de conscientização sobre doenças que podem se manifestar a qualquer momento da vida, mas o diagnóstico precoce e o tratamento no início garantem aos pacientes qualidade de vida.

A campanha Fevereiro Roxo informa sobre Fibromialgia, Alzheimer e Lúpus. São doenças com dois pontos em comum: são crônicas e incuráveis. A campanha reforça a importância de promover conforto e bem-estar a pessoas que convivem com essas enfermidades.

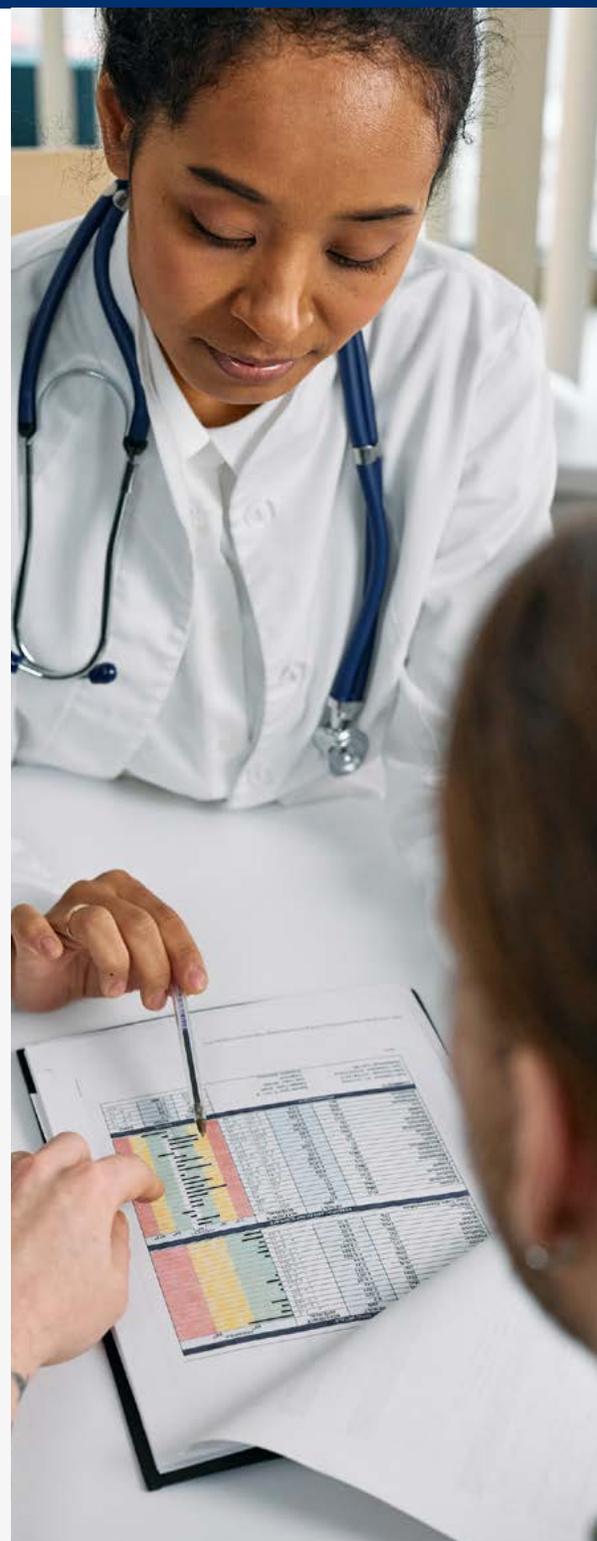
Já a campanha Fevereiro Laranja busca conscientizar sobre um dos tipos mais comuns de câncer: a leucemia. Também reforça a importância da doação de medula óssea.

É importante atentar que nenhuma dessas doenças é contagiosa. A médica Rosely Timoner Glezer, diretora da Divisão de Assistência à Saúde (DSAU) do TRF3, explica o que é cada uma delas, os sintomas, qual especialista procurar e como conviver com elas com qualidade de vida.

Fibromialgia

Quem apresenta dores difusas, frequentes e prolongadas em todo o corpo, de cunho principalmente muscular, além de cansaço, alterações de humor, sono não reparador, entre outros sintomas, deve procurar o médico. Não há exames laboratoriais nem de imagem que diagnostiquem a Fibromialgia, que deve ser acompanhada de acordo com critérios clínicos.

Também não há prevenção para essa doença, porém fatores psicológicos como estresse, ansiedade e depressão podem estar associados



a ela. Caso suspeite da enfermidade, procure um clínico geral, psiquiatra, reumatologista ou neurologista.

Para viver melhor, mantenha um estilo de vida saudável, com exercícios, alimentação adequada e fisioterapia ou RPG. Os sintomas podem piorar com estresse, trauma físico ou infecção grave.

Alzheimer

O Alzheimer é um transtorno neurodegenerativo progressivo, com deterioração da memória e cognição, levando ao comprometimento da vida diária e a alterações comportamentais. Os sintomas são percebidos por outras pessoas que convivem com o paciente. De início, ocorrem problemas leves de memória, que podem progredir lenta ou rapidamente para um quadro bastante grave, no qual a pessoa fica totalmente diferente, deixando de reconhecer familiares, sentindo-se perdida em ambientes em que sempre conviveu, tentando fugir e ficando desconfiada, podendo ser até agressiva.



Sinais como perda frequente de objetos, desligamento, desatenção, fala repetitiva, necessidade de que se repita várias vezes a mesma informação, esquecimento de atividades a que se propôs, entre outros sintomas, merecem atenção. A patologia é diagnosticada em consultas médicas, quando se aplica questionários de avaliação de memória e outras formas de diagnóstico propostos pelo profissional. Caso suspeite da doença, procure um clínico geral, geriatra ou neurologista.

Para conviver bem, orienta-se manter o ambiente o mais familiar possível e evitar trocar objetos de lugar. Quando for pernoitar ou passar mais tempo em outros locais, leve objetos familiares e prepare o ambiente para que a pessoa se sinta confortável. Não permita que a pessoa fique alheia ao mundo.

Para evitar a doença, a médica recomenda manter sempre o estímulo intelectual, participar de encontros sociais e fazer atividades físicas. Além disso, sugere assistir a filmes, ao noticiário, fazer palavras-cruzadas, quebra-cabeças, atualizar os estudos e aprender outras línguas.

Lúpus Eritematoso Sistêmico

O Lúpus é uma doença inflamatória crônica autoimune que pode se espalhar para todo o organismo se não tratado adequadamente. É causado pela reprodução desenfreada de anticorpos que atingem órgãos e tecidos. Não há prevenção para a doença. Recomenda-se evitar exposição excessiva ao sol e ter alimentação saudável.

Os principais sinais e sintomas são: lesões de pele em formato de borboleta ou áreas salientes avermelhadas na maçã do rosto, dorso do nariz ou em outras áreas expostas ao sol; dor e inchaço nas articulações; queda de cabelo; dor de cabeça, podendo ocorrer febre e outros sinais ou sintomas relacionados a um ou mais órgãos internos. Alguns exames podem ser solicitados pelo médico de acordo com critérios clínicos. Caso a pessoa suspeite dessa doença, deve procurar um clínico geral, que poderá encaminhar para o reumatologista e o dermatologista.

Para viver melhor com a doença, o tratamento deve ser individualizado, controlando a atividade da doença, evitando-se a exposição ao sol e outras formas de radiação ultravioleta. É importante tratar infecções, evitar o uso de estrógenos, gravidez na fase ativa da doença e estresse.

Leucemia

A leucemia é um câncer com início na medula óssea, que atrapalha a produção das células sanguíneas saudáveis. Sintomas como febre inexplicável, fadiga, perda de peso, perda de apetite, hematomas ou sangramento e anemia devem chamar atenção para a necessidade de procurar um médico clínico geral ou hematologista.

Não há uma regra direta para a prevenção da leucemia, no entanto, manter hábitos saudáveis contribui para diminuir os riscos. “Existem alguns fatores ambientais que podem provocar neoplasias (tumores que ocorrem pelo crescimento anormal do número de células) ou leucemias. Dentre eles, cigarros, exposição a determinados produtos químicos (benzeno, pesticidas, herbicidas) e radiação ionizante”, ressaltou a médica Rosely Glezer.

Exames específicos devem sempre ser solicitados por médicos, conforme o critério clínico. Estes detectam os diversos tipos de leucemia, linfóide ou mieloide, aguda ou crônica.

Para conviver com a doença, ela recomenda atividade física leve, quando autorizada pelo médico, evitar carregar peso ou realizar atividades que causem exaustão, mantendo a rotina o mais normal possível. Lembrar, ainda, de beber líquidos em abundância e ter alimentação saudável.



Doação de Medula Óssea

Para se tornar um doador voluntário, é preciso ir ao Hemocentro mais próximo, levar um documento de identificação com foto, realizar um cadastro e coletar uma amostra de sangue.

É necessário ter entre 18 e 35 anos de idade e bom estado de saúde.

FEVEREIRO
ROXO

Mês de
conscientização
sobre **Fibromialgia,**
Lúpus e Alzheimer



FEVEREIRO
LARANJA

Mês de
conscientização
sobre a
Leucemia